Deveres dos administradores na zona de insolvência

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Os administradores (directors) em Singapura que continuam operando enquanto a sociedade está insolvente respondem por wrongful trading (gestão temerária) com base na s 239 do Insolvency, Restructuring and Dissolution Act 2018 (IRDA, a lei de insolvência de Singapura), que se aplica quando a sociedade contrai dívidas sem perspectiva razoável de honrá-las. Respondem também por fraudulent trading (gestão fraudulenta) com base na s 238. E estão sujeitos ainda à inabilitação. Os casos de criptoativos tornaram mais nítido o conteúdo prático desses deveres. Continuar aceitando depósitos em um produto de rendimento depois que as próprias contrapartes da plataforma inadimpliram é o exemplo típico de contrair dívidas sem perspectiva de pagamento. Declarações aos clientes que ocultem a situação podem converter um ilícito civil em fraude com base na s 424A do Penal Code (ver Capítulo I).[1]

O equivalente suíço é o dever de comunicar ao tribunal o superendividamento, previsto no art. 725b do Código das Obrigações suíço (OR/CO), com responsabilidade pessoal pelo atraso com base no art. 754 OR/CO. Ambos os sistemas punem a mesma conduta: a continuidade de uma plataforma que já perdeu

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

os ativos de seus clientes. Os profissionais de Singapura dispõem de instrumentos de investigação mais afiados, porque o gestor judicial provisório chega em poucas semanas e apresenta relatórios públicos.

Perspectiva transfronteiriça

Um grupo com atuação nos dois polos, com uma GmbH de Zug como emissora e uma Pte Ltd de Singapura como a exchange voltada aos clientes, deve planejar sua geografia de insolvência antes de precisar dela. Se a entidade de Singapura quebrar, a moratória da s 64 a protegerá em Singapura, mas não protegerá os bens suíços da entidade de Zug, que os credores de Singapura só poderão arrestar na Suíça se obtiverem um título suíço. Se a entidade de Zug quebrar, a falência suíça será reconhecida em Singapura com base na Lei Modelo em poucas semanas. O administrador suíço assumirá então o controle das ações da subsidiária de Singapura e de quaisquer tokens que a entidade de Zug detenha em exchanges de Singapura. Os empréstimos intragrupo, os empréstimos de tokens entre as entidades e os arranjos de custódia compartilhada devem ser documentados partindo do pressuposto de que, um dia, dois administradores de insolvência em dois sistemas os lerão. O contrato com clientes da entidade de Singapura deve declarar a posição quanto ao trust em termos que nenhum liquidante possa interpretar mal.

Notas

1. Insolvency, Restructuring and Dissolution Act 2018, ss 238–239, Singapore Statutes Online. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.